



Eleições municipais e transições de governo 2024-2025

Evidências para aprimorar os serviços públicos nas capitais

Região Norte

A Lei 13.460 de 26 de junho de 2017 trata sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. A lei passou a vigorar em junho de 2019 e se aplica a todos os órgãos públicos de todas as esferas, federal, estadual e municipal de todos os poderes. Destacam-se três responsabilidades:

- Fortalecimento das Ouvidorias
- Elaboração de Carta de Serviços ao Usuário: [saiba mais](#).
- Atualização Contínua dos Serviços Prestados

Com o intuito de fomentar a discussão sobre a responsabilidade da realização e publicação da avaliação dos serviços, a Agência Pública realiza a Pesquisa de Qualidade dos Serviços Públicos nas Capitais. A pesquisa combina dois componentes:

- Avaliação de percepções e opiniões: elaborada a partir de uma pesquisa de opinião compreendendo mais de 40 questões, feita com 3.000 pessoas nas dez maiores capitais do país. O factsheet sobre a metodologia da pesquisa e principais resultados pode ser [acessado aqui](#).
- Avaliação de indicadores de desempenho: elaborada a partir de dados secundários oficiais, disponíveis em bancos de dados públicos, abordando seis dimensões: educação, saúde, proteção social, desenvolvimento econômico, mobilidade e gestão da qualidade. O factsheet sobre este componente pode ser [acessado aqui](#). As fontes dos indicadores analisados podem ser conferidos no dashboard da pesquisa [disponível aqui](#).

A análise dos resultados em cada capital brasileira considera tanto a pesquisa de opinião quanto uma análise descritiva dos indicadores de desempenho, adotando dois níveis de comparação: a evolução histórica do município e o contexto regional.

As recomendações e observações obtidas a partir dessa pesquisa têm o objetivo de apoiar o debate eleitoral e as transições de governo nas capitais, orientando a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas de cada localidade.

Belém

Educação

Belém apresenta o maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as capitais analisadas quanto a:

- Quantidade de creches municipais: 70,6%
- Quantidade de escolas municipais: 65%

Apesar do crescimento de 7,5 pontos percentuais da taxa líquida de matrículas em creches no município entre 2021 (8,4%) e 2023 (15,8%), a capital paraense registra uma taxa inferior do Pará desde 2017. No comparativo entre as capitais da região Norte em 2023, o município possui a quarta maior taxa.

Na avaliação dos serviços educacionais municipais, mais da metade dos moradores de Belém manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- 70,6%: Qualidade da infraestrutura das escolas municipais
- 65%: Qualidade do ensino na rede municipal
- 59,4%: Qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação

O maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') do município se refere ao desempenho dos professores e demais profissionais do ensino, com 23,8%. No mesmo critério, 32,9% dos moradores da capital paraense informaram neutralidade e 43,4% insatisfação.

Em 2019, o município atingiu a meta do IDEB nos Anos Iniciais. No período pós-pandemia, embora não tenha alcançado a meta em 2021, registrou em 2023 o maior IDEB desde 2005, com um índice de 5,4. Entre as capitais da região Norte, Belém e Macapá se destacaram, com um acréscimo de 0,6 entre 2017 e 2023, o dobro do aumento registrado por Manaus (0,3) e Porto Velho (0,1).

Em relação à taxa de abandono escolar, a capital paraense teve um grande pico no ano de 2021, atingindo 3,6. No entanto, registrou uma queda de 83%, atingindo 0,6 em 2023. Já a taxa de distorção de idade-série em 2023 é a segunda maior entre as capitais da região Norte, ficando atrás somente de Macapá. A taxa teve um aumento de 16% de 2021 (13,7) para 2023 (15,9).

Em 2023, o município apresentou o menor gasto por capita em educação entre as capitais da Região Norte, apesar de um acréscimo de R\$ 267,19 em comparação com 2020. É importante destacar que a diferença para o segundo menor gasto por capita na região é de R\$ 239,41. Em Belém, o gasto per capita em educação em 2023 foi de R\$ 496,94, enquanto em Rio Branco foi de R\$ 736,35.

Para refletir

A pesquisa de opinião identificou, de forma geral, que os moradores de Belém estão insatisfeitos com os serviços de educação do município. Embora os indicadores de desempenho apontem para margem de melhorias, em especial em relação à taxa distorção de idade-série e o gasto per capita em educação, é importante destacar que a capital paraense também obteve bons resultados. O crescimento na taxa líquida de matrículas em creches, a recuperação do IDEB em 2023, e a queda da taxa de abandono escolar, isto é, além de investir em melhorias na educação no sentido de aprimorar a qualidade, oferta e infraestrutura, é preciso acompanhar a percepção pública sobre as iniciativas educacionais. Dessa forma, a gestão municipal pode alinhar as estratégias de melhoria e aumentar a satisfação dos cidadãos com os serviços oferecidos.

Recomendações:

- Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. A opinião dos moradores de Belém devem ser consideradas no sentido de melhoria dos serviços de educação municipal. Recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando uma tomada de decisão baseada em evidências. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#). A adoção de boas práticas também é importante. Neste contexto, a consulta a diferentes mapeamentos, como o "Educação que Dá Certo" do Todos Pela Educação, que pode ser [acessado aqui](#).
- Reduzir a taxa de distorção de idade-série. Estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de aumento percebido nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF, que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.
- Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Belém registra o menor gasto per capita em educação entre as capitais do Norte. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser [acessado aqui](#).

Saúde

Os moradores de Belém expressaram o maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as capitais analisadas em relação a:

- 77%: Tempo de espera para a realização de consultas
- 79%: Tempo de espera para realização de exames

Para refletir

Apesar de possuir o maior nível de insatisfação, a capital apresenta o segundo menor nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito'), com 9,8% para realização de consultas e 8,4% para realização de exames. O menor nível em ambos critérios é de Fortaleza, com 8,3% e 7,5%, respectivamente. Este resultado gera uma reflexão sobre um dos pontos críticos para a melhoria dos serviços: o tempo de espera. A evidência sugere que otimizar a eficiência no tempo de espera para acesso aos serviços é fundamental para aprimorar a satisfação geral dos usuários.

A insatisfação continua alta em outros critérios:

- 74,8%: Disponibilidade de medicamentos
- 69,9%: Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 67,8%: Disponibilidade de hospitais municipais
- 67,1%: Disponibilidade de médicos
- 60,8%: Higiene das unidades de saúde/ambiente hospitalares
- 49,7%: Desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares

Os melhores níveis de satisfação do município são em relação à higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares (18,2%) e desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares (23,8%).

Destaque

Entre as capitais analisadas, Belém apresenta o segundo maior índice de satisfação em relação à disponibilidade de médicos, com 14%, enquanto Curitiba ocupa o primeiro lugar, com 15,6%. Vale destacar que, apesar das posições relativas, esse critério é de alta sensibilidade para os cidadãos, e os níveis de satisfação ainda são considerados baixos.

Importante

Saúde é o terceiro maior problema de Belém segundo seus moradores. A principal prioridade para a melhoria dos serviços públicos é a redução das filas nos hospitais e postos de saúde. Em segundo lugar, os moradores identificaram como prioritário o aumento do número de médicos e profissionais de saúde nos postos de saúde. O panorama reflete uma insatisfação com os serviços de saúde, destacando a urgência de intervenções para melhorar a eficiência e a qualidade do acesso à saúde na capital paraense.

Entre 2021 e 2023, Belém aumentou seu gasto per capita em saúde em R\$ 360,98 e ocupa a quarta posição entre as capitais da região. Foi o maior aumento nominal computado na análise regional das capitais.

Apesar de registrar a menor cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região Norte no período analisado, a capital paraense teve um crescimento em torno de 20 pontos percentuais entre janeiro de 2021 (10,2%) e setembro de 2023 (30%).

Em relação à mortalidade por obitos evitáveis entre 5 e 74 anos, Belém apresentou uma queda de cerca de 27% dos registros entre 2021 e 2023, passando de 7.310 a 5.292.

Belém apresentou uma queda expressiva na cobertura vacinal do município entre 2021, com 48,85% e 2023, com 39,12% de cobertura. É a segunda menor cobertura entre as capitais da região, superando somente Macapá com 34,95%.

Belém possui 95,52% da população total com acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado do Pará é de 55%. A capital tem 19,88% da população com acesso aos serviços de esgotamento sanitário, em comparação a 17,65% no estado do Pará, de acordo com dados do SNIS 2022.

Para refletir

A análise dos resultados da pesquisa de opinião e dos indicadores de saúde apresentados apontam para a necessidade de alinhar estratégias e melhorar a comunicação com a população para identificação das demandas e desenho de intervenções direcionadas. Ao mesmo tempo, é importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).

Recomendações:

- Ampliar a assistência farmacêutica na Atenção Básica. Considerando que Belém apresenta o maior nível de insatisfação entre as capitais analisadas quanto à disponibilidade de medicamentos, é importante considerar a necessidade de melhoria do serviço oferecido. A qualidade e eficiência no gerenciamento da Assistência Farmacêutica dependem da estrutura, dos processos de trabalho, dos recursos humanos e da utilização adequada dos medicamentos. É preciso considerar todo o ciclo: seleção, programação, aquisição, armazenamento, gestão de materiais, distribuição e dispensação de forma a reduzir perdas e custos, adequar os serviços e maximizar os resultados.
- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Diante da diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos, a adoção de estratégias para reverter esse cenário é recomendada. O estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#) evidencia o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Neste sentido, estratégias como o Portal "Saúde Belém Digital" devem ser monitoradas e avaliadas para aprimorar a gestão dos serviços de saúde e garantir um aumento sustentável na cobertura vacinal.
- Priorizar os interesses dos cidadãos de Belém, a partir da implementação de estratégias que visem uma maior disponibilidade de médicos e a redução dos tempos de espera. Estratégias possíveis incluem otimizar processos de atendimento, ampliar a capacidade de atendimento em postos de saúde e hospitais, e engajar a comunidade na avaliação dos serviços para garantir que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e consideradas na atuação da gestão municipal.
- Focar em políticas interseccionais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia "Municípios e saneamento nas eleições 2024" do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.

Desenvolvimento Econômico

A capital do Pará registra o maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') entre as capitais analisadas nos seguintes quesitos:

- Apoio aos empreendedores: 67,8%
- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 65,7%

No entanto, Belém não registra os menores índices de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') nesses critérios. Em relação ao apoio aos empreendedores, 9,8% dos entrevistados estão satisfeitos, valor superior ao de Belo Horizonte, que registra 9,5%. Quanto à satisfação com o imposto municipal para empreendedores e empresas, Belém apresenta 9,1%, sendo o quarto maior índice entre as dez capitais analisadas, atrás apenas de Curitiba (14,3%), Goiânia (10,1%) e Belo Horizonte (9,9%).

Os serviços avaliados nesta dimensão possuem um nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') em torno de 10%:

- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 9,8%
- Geração de renda e emprego: 11,2%
- Programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho: 15,4%

Importante

Os moradores de Belém indicaram o desemprego como o quarto maior problema para a melhoria dos serviços públicos municipais. De modo geral, a satisfação com os serviços voltados ao desenvolvimento econômico apresenta variações leves, mas permanece baixa. A pesquisa revela uma percepção de que é necessário priorizar ações que fomentem o desenvolvimento econômico e a criação de oportunidades de emprego.

Desde 2020 a capital do Pará possui saldos positivos de empregos formais, de acordo com o Novo Caged. Em 2023, foram 10.780 empregos formais de saldo, considerando por grande agrupamento de atividade econômica, corresponde a aproximadamente 63% em agropecuária, 23% em comércio, 9% em construção, 3,5% em indústria e 1,2% em agropecuária.

No ano de 2024, o saldo é de 10.563 empregos formais até julho, com cerca de 65% em serviços, 20% construção, 12% comércio e 3% agropecuária.

De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, Belém ocupa o 60º lugar no ranking geral.

Recomendações:

- Priorizar a percepção dos moradores de Belém para aprimorar e expandir os serviços de geração de renda e emprego do município. Considerando a geração de emprego e renda como principal prioridade e o desemprego como o quarto o maior problema do município, é essencial investir em iniciativas de capacitação profissional, apoio a pequenas e médias empresas, como a Sala do Empreendedor e a implementação da Agenda Belém 400 anos, e parcerias com o setor privado para criação de oportunidades de trabalho valorizando a inclusão produtiva, essencial para combater desigualdades.
- Fomentar um ecossistema de inovação que inclua parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Belém deve continuar a apoiar e expandir programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, como a instação do Distrito de Inovação e Bioeconomia. O município também deve estar atento aos desafios e às oportunidades de sediar a COP 30 em 2025.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: Belém deve continuar promovendo iniciativas de inclusão produtiva, como as passaportes pelo Centro de Inclusão Produtiva (CIP) da Fundação Papa João XXIII – Fumpapa. Neste sentido, reforça-se a importância da avaliação dos serviços e da implementação de modelos de monitoramento e avaliação robustos das políticas de inclusão produtiva, que possam delinear o impacto e o panorama territorializado do município para orientar a alocação dos recursos de forma efetiva.

Proteção Social

A prefeitura de Belém promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

Apenas 23,8% dos moradores concordam, enquanto 32,9% discordam e 35,7% se mantêm neutros. O restante não soube responder. É o segundo maior índice de discordância entre as capitais analisadas, ficando atrás apenas de Goiânia (33,1%). Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Belém entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 127.807 a 233.811. Aumento de aproximadamente 83%.
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 33.276 a 30.421. Redução de aproximadamente 9%.
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 222.181 a 322.501. Aumento de aproximadamente 45%.
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 40.946 a 53.670. Aumento de aproximadamente 31%.

Para refletir

A capital paraense foi a única entre as capitais da região Norte que apresentou uma redução na quantidade de famílias em situação de pobreza durante o período analisado. No entanto, o aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de famílias com renda per capita mensal de meio salário mínimo sugere um agravamento das desigualdades e a necessidade urgente de políticas públicas direcionadas. De acordo com o estudo do MapBiomias que pode ser [acessado aqui](#), entre 1985 e 2022, os Aglomerados Subnormais representaram mais de 50% de toda expansão urbana de Belém. Ressalta-se, ainda, que a análise dos dados deve ser aprofundada para a validação da hipótese levantada.

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, especialmente aquelas em conforma às necessidades da população, é essencial para garantir a efetividade da intervenção. Belém deve continuar a apoiar e expandir programas de inovação, incubação e aceleração de empresas, como a instação do Distrito de Inovação e Bioeconomia. O município também deve estar atento aos desafios e às oportunidades de sediar a COP 30 em 2025.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: Belém deve continuar promovendo iniciativas de inclusão produtiva, como as passaportes pelo Centro de Inclusão Produtiva (CIP) da Fundação Papa João XXIII – Fumpapa. Neste sentido, reforça-se a importância da avaliação dos serviços e da implementação de modelos de monitoramento e avaliação robustos das políticas de inclusão produtiva, que possam delinear o impacto e o panorama territorializado do município para orientar a alocação dos recursos de forma efetiva.

Mobilidade Urbana

Os moradores de Belém não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. A percepção é refletida nos níveis de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em:

- Higiene dos ônibus/metrô/trens (81,8%)
- Trânsito (80,4%)
- Polluição sonora ou atmosférica (gases) geradas (79%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô (75,5%)
- Preço das passagens de transporte público (73,3%)
- Qualidade do asfalto (71,3%)
- Quantidade/qualidade de ciclovias (69,9%)
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes (68,5%)

Para refletir

O resultado corrobora a análise do tempo como um aspecto central na satisfação dos serviços públicos, uma vez que Belém possui o terceiro menor nível de satisfação em relação ao tempo de espera para tomar um ônibus/trem/metrô, com apenas 9,1%. Recife lidera com o menor nível, de 5,2%, seguido por Manaus, com 6,3%. Nesse sentido, é importante priorizar medidas para reduzir o tempo de espera e melhorar a qualidade do serviço, em busca de atender as necessidades da população.

Os resultados também apontam para a necessidade de melhorias em aspectos não estruturais do serviço de mobilidade urbana do município. A higiene do transporte público, por exemplo, possui o maior nível de insatisfação entre as capitais analisadas. O desempenho de condutores, motoristas e outros profissionais da rede de transportes também foi avaliado com o maior nível de insatisfação.

Importante

Melhorar o transporte público é a quarta prioridade dos moradores da capital paraense. Os resultados indicam que é necessário um plano integrado de intervenções não estruturais e estruturais para aumentar a qualidade e a satisfação com os serviços de mobilidade urbana. Ainda, o elevado nível de insatisfação com a poluição sonora ou atmosférica, bem como com a quantidade e qualidade de ciclovias, que são os maiores entre as capitais analisadas, apontam uma demanda por uma mobilidade urbana mais sustentável em Belém. Reduzir a emissão de gases poluentes e promover a mobilidade ativa, como a caminhabilidade e o uso de bicicletas, são medidas possíveis para atender às expectativas dos moradores e contribuir com um ambiente urbano mais saudável e eficiente.

Entre 2017 e 2022, o município reduziu o número de internações por sinistros de trânsito de 3 para 2,8 por 100 mil habitantes. Em 2020, registrou a menor taxa, com apenas 0,6 internações. No entanto, houve um aumento significativo de 124,5% entre 2021, quando a taxa foi de 1,1, e 2022, quando atingiu 2,8 internações por 100 mil habitantes.

Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 7,4 para 5,5. Uma redução de cerca de 26%.

De acordo com estudo comparativo do impacto do gasto mensal com Transporte Público nas capitais brasileiras, Belém apresenta um impacto de 18,41%. O município ocupa a 21ª posição entre as capitais analisadas. O resultado evidencia o baixo nível de participação dos moradores do município com o preço da passagem, refletindo uma das principais preocupações relacionadas ao serviço.

Recomendações:

- Considerar a avaliação dos moradores e aprimorar medidas para melhorar a higiene dos ônibus e a capacitação dos motoristas. Implementar programas regulares de limpeza e desinfecção dos ônibus para garantir um ambiente seguro e confortável para os passageiros. Além disso, investir em treinamentos para motoristas, focando em práticas seguras de condução e atendimento ao público, para melhorar a qualidade do serviço e a segurança dos usuários.
- Promover iniciativas de acessibilidade urbana e mobilidade ativa. Tendo em vista a demanda pela melhoria do transporte público e o nível de insatisfação com ciclovias e poluição atmosférica e sonora, políticas urbanas e de transporte voltadas à promoção da acessibilidade e redução de desigualdades sociais, raciais e de gênero devem ser implementadas e ampliadas no município. Um documento importante para análise é o Diagnóstico Local de acessibilidade e mobilidade com enfoque de classe, raça e gênero realizado pela Frente Nacional de Prefeitos, que pode ser [acessado aqui](#), e servir como base para o desenho de políticas públicas efetivas para um município mais equitativo e sustentável.
- Avaliar o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar as informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável, em especial no contexto de Belém que inclui as complexidades relacionadas à licitação do contrato de concessão do serviço de mobilidade e demais desafios do município.

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Belém trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos?

64,3% dos moradores da capital paraense discordam sobre a afirmação. 22,4% expressam neutralidade, enquanto somente 9,8% concordam. Os demais declararam não saber.

Para refletir

Belém apresenta a maior proporção de moradores que discordam da afirmação entre as capitais pesquisadas. A segunda maior é Fortaleza, com 50,2%. Levando em consideração que os moradores da capital paraense consideram a má administração pública como o segundo principal problema do município, é possível concluir que a insatisfação com a eficiência e transparência pode estar relacionada a percepção negativa da gestão pública municipal. A implementação eficaz dos mecanismos de controle e participação social. A implementação eficaz das diretrizes da Lei 13.460/2017, incluindo as ouvidorias e as avaliações contínuas, torna-se essencial para enfrentar esses desafios e promover uma administração mais responsável e eficiente.

A prefeitura de Belém resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros?

58,7% dos moradores da capital paraense não tiveram seus problemas resolvidos de forma satisfatória pela prefeitura. Já 25,9% ficaram satisfeitos e 15,4% declararam não saber ou não lembrar.

Destaque

Belém também apresenta o menor nível de satisfação dos moradores na resolução de problemas relacionados aos serviços municipais.

De acordo com a pesquisa, 59,4% dos moradores do município relataram ter enfrentado dificuldades ao realizar procedimentos junto à prefeitura.

As principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltaram informações durante o atendimento (43,5%)
- Serviço saiu do ar (28,2%)
- Empatado em terceiro lugar com 29,4%:
 - Faltaram informações para a realização do serviço e
 - Atendente presencial não foi educado

Serviços públicos digitais

61,5% dos moradores de Belém já acessaram serviços públicos municipais pela internet.

27,3% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal. Destacando que a maior porcentagem, 37,5%, se declara neutra, enquanto 30,7% expressam algum nível de insatisfação. O restante informa não saber.

Como os moradores de Belém acessam os serviços públicos digitais?

- Pelo telefone celular 62,5%
- Pelo notebook ou computador 60,2%
- Pelo tablet 8%

33,6% dos moradores do município preferem fazer solicitações de serviços públicos municipais por postos de atendimento presencial. É a maior taxa entre as capitais analisadas. 23,1% preferem realizar a solicitação pelo site da prefeitura. Já 13,3% preferem por ligação telefônica, e a mesma porcentagem prefere o acesso via aplicativo. É a menor proporção entre as capitais analisadas que preferem o acesso via aplicativo.

Importante

Embora cerca de 60% dos moradores de Belém tenham declarado ter acessado serviços públicos digitais, o resultado indica uma forte preferência pelo atendimento presencial. Isso ressalta a importância de considerar a digitalização como um processo gradual. É essencial promover a digitalização dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que se mantém o atendimento presencial, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso às opções mais adequadas para suas necessidades e condições. A melhoria da infraestrutura digital e a inclusão digital são fundamentais para oferecer uma experiência eficiente e acessível para todos.

Belém registra uma nota 7,52 na Escala Brasil Transparente de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores digitais de gestão e infraestrutura (67%) e 26 dos 59 indicadores de oferta (44%).

Recomendações:

- Aprimorar as informações dos serviços. Para abordar os principais problemas identificados, como a falta de informações durante o atendimento e para a realização dos serviços, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. A criação e atualização de cartas de serviços ao usuário, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.
- Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços de preferência dos moradores de Belém. No caso de Belém, o atendimento presencial continua sendo relevante. Dessa forma, é preciso compreender de maneira territorializada a concentração de demandas por postos de atendimento presencial, a fim de garantir que toda a população seja adequadamente atendida. Também é importante destacar a digitalização como um processo gradual, que possa garantir a inclusão digital dos cidadãos. O segundo meio de acesso é digital pelo site da prefeitura. Nesse sentido, para garantir uma boa experiência, o site deve ser atualizado, intuitivo e adaptado para dispositivos móveis, permitindo um uso eficiente via celular. Um destaque importante é que a proporção de acessos por aplicativo ainda é baixa, reforçando a importância de uma estratégia de digitalização de serviços adequada à realidade do município.
- Reforçar a transparência na gestão municipal. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, a responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Além disso, fortalecer as ouvidorias, e processos de transparência, com foco na disponibilização de dados abertos e de informações de interesse público de forma acessível e compreensível. O objetivo é construir uma política de transparência ativa e robusta, que comunique de maneira eficaz as ações da prefeitura, promovendo um diálogo aberto e compreensível para os moradores, garantindo maior participação cidadã na fiscalização e na tomada de decisões.

Boa Vista

Educação

A taxa líquida de matrículas em creches de Boa Vista aumentou de 8,7% em 2021 para 17,1% em 2023. Um acréscimo de 8,4 pontos percentuais. Ainda, a capital registra uma taxa muito próxima a do Estado de Roraima desde 2022, sem uma diferença significativa. O município apresenta a terceira maior taxa entre as capitais da região em 2023.

Boa Vista superou a meta do IDEB em 2017, com um excedente de 0,2, e novamente em 2019, por 0,1. No entanto, não atingiu a meta em 2021. Em 2023, o índice registrou um aumento de 0,2 em comparação a 2021, mas ainda permanece abaixo do nível alcançado em 2017.



Para refletir

Antes da pandemia, o município apresentou bons resultados no IDEB, o que indica a necessidade de retomada do progresso interrompido. É essencial que Boa Vista fortaleça suas políticas educacionais, priorizando a melhoria no desempenho acadêmico e na equidade educacional.

A capital de Roraima apresentou uma alta na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2020, atingindo 0,9. De 2021 a 2023, registrou uma queda de 57%, passando de 0,7 para 0,3. Por outro lado, a taxa de distorção de idade-série aumentou de 12,7 em 2021 para 15,1 em 2023, o que representa um aumento de aproximadamente 18,9%.

Boa Vista aumentou em R\$ 433,12 o gasto per capita em educação entre 2020 e 2023, alcançando R\$ 1.202,95. O município tem o segundo maior gasto per capita na área entre as capitais da Região Norte, superado apenas por Palmas, que registra R\$ 1.720,77. Fora Palmas, Boa Vista é o único município da região com gasto per capita em educação acima de mil reais em 2023.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Boa Vista no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar iniciativas e fortalecer a recomposição de aprendizagem. Avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
- Reduzir a taxa de distorção de idade-série. Estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de aumento percebido nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.
- Gestão eficiente dos recursos: Tendo em vista que Boa Vista apresenta o segundo maior gasto per capita em educação entre as capitais da região Norte, seria importante focar na gestão otimizada dos recursos para geração de impacto. Estratégias incluem a priorização da equidade no uso dos recursos, garantindo que áreas com maiores necessidades recebam maior atenção, e o foco em políticas com evidências. Auditorias e avaliações periódicas dos programas educacionais podem ajudar a garantir que os investimentos estão resultando em melhorias concretas na qualidade da educação.

Saúde

Boa Vista ocupa a oitava melhor classificação em relação à dimensão saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre todas as capitais do país, e a segunda posição entre as capitais da região Norte.

No que diz respeito ao gasto per capita em saúde, Boa Vista registrou um aumento de R\$ 280,89 entre 2020 e 2023. Com isso, ocupa a terceira posição em termos de gasto per capita em saúde na região Norte, totalizando R\$ 904,90.

A capital de Roraima apresentou um crescimento significativo na cobertura da Atenção Básica, passando de 60% em janeiro de 2021 para 80,3% em setembro de 2023. Um acréscimo de cerca de 20 pontos percentuais. Ainda, está entre as três capitais da região que registrou uma cobertura acima de 80% neste período.

Boa Vista diminuiu em cerca de 33% os óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos no período de 2021, com 2.118, e em 2023, com 1.423 registros.

O município reduziu significativamente a cobertura vacinal de 2021, com 54,52%, para 45,61% em 2023.

96,45% da população total de Boa Vista possui acesso aos serviços de abastecimento de água, em comparação a 79,4% no estado de Roraima. Já 92,8% têm acesso aos serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 87,58%, conforme dados do SNIS em 2022.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Recomenda-se aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados a população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo melhores resultados na saúde pública.
- Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Boa Vista ocupa o segundo lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

A capital de Roraima possui desde 2020 um saldo positivo de empregos formais segundo dados do Novo Caged. Em 2023, de acordo com os grandes grupos de atividade econômica, o município apresentou um saldo de 3.944 empregos formais, considerando 85% em serviços, 8% em comércio, 3% em construção, 3% indústria e 0,3% agropecuária.

Até julho de 2024, Boa Vista apresentava um saldo positivo de 3.178 empregos formais, com cerca de 87% em serviços, 8% construção, 7% indústria e 1,5% agropecuária. O setor de comércio registrava um saldo negativo de -114 empregos formais no período.

Boa Vista ocupa a 6ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a capital da região Norte mais bem classificada.

Recomendações:

- Fomentar a diversificação econômica com foco em sustentabilidade e fortalecer o mercado de trabalho. Considerando o grupamento de atividade econômica de empregos formais do município em 2023, com 85% em serviços, recomenda-se investir em iniciativas que diversifiquem a economia local. Setores como a agricultura sustentável, energia renovável e ecoturismo, aproveitando o potencial natural e a localização estratégica de Boa Vista. Medidas que aumentem a resiliência do mercado de trabalho com o objetivo de melhorar a competitividade e estabilidade do município também são relevantes, como apoio ao empreendedorismo local e incentivo à formalização de emprego. Ainda, destaca-se a importância de explorar as novas economias (verde, criativa e prateada) como oportunidades para crescimento e diversificação econômica.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: Boa Vista deve desenvolver iniciativas com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica de parcela da comunidade em situação de vulnerabilidade, composta principalmente por brasileiros e migrantes venezuelanos. O município pode integrar a agenda de economia circular, sustentabilidade ambiental e empreendedorismo, criando oportunidades para o desenvolvimento sustentável. É essencial implementar modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas de inclusão produtiva, que mensurem o impacto e forneçam uma visão territorializada das demandas do município, permitindo a alocação eficiente de recursos e maximização dos resultados territorializados do município para orientar a alocação dos recursos de forma efetiva.
- Investir em Infraestrutura e Conectividade: Melhorar as condições de infraestrutura de transporte, comunicação e energia, dentro de suas competências, para facilitar o fluxo de mercadorias e serviços. Entre as possíveis ações estão a ampliação da conectividade digital, promovendo maior acesso à internet em áreas urbanas e rurais, com o objetivo de atrair novas empresas, fortalecer o turismo local, e impulsionar o comércio.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Boa Vista entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 18.947 a 21.166 Aumento de aproximadamente 12%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 10.867 a 12.710. Aumento de aproximadamente 17%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 44.227 a 52.395. Aumento de aproximadamente 18,5%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário-mínimo: 10.768 a 12.398. Aumento de aproximadamente 15%

Recomendações:

- Promover políticas de subsistência e autonomia para refugiados e migrantes. Diante do contexto de crise migratória de cidadãos venezuelanos em Boa Vista desde final de 2015, é importante implementar estratégias locais de governança migratória e de desenho de políticas públicas para migrantes. Mais recomendações podem ser acessadas no Relatório sobre a população jovem migrante venezuelana em Boa Vista, realizado pelo Instituto Auschwitz para a Prevenção do Genocídio e Atrocidades Massivas (AIPG), que pode ser [acessado aqui](#).
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como a Patrulha Maria da Penha, precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, o município diminuiu o número de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 869 a 129, o que corresponde a uma redução de aproximadamente 85%. Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes reduziu de 28 para 19, uma redução de cerca de 32%.

Boa Vista apresenta um impacto de 18,41% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras³. O município ocupa a 22ª de 28 posições, empatada com as cidades de Belém, Rio de Janeiro e Recife.

Recomendações:

- Avaliar o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável.
- Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

3. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

Boa Vista apresenta uma nota 6,49 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação. A menor nota entre as capitais da região Norte.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 22 dos 59 indicadores de oferta (37%).

Recomendações:

- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. Diante da baixa adesão aos indicadores de oferta de acordo com Mapa de Governo Digital e em busca de avançar na transformação digital, Boa Vista pode implementar novos serviços digitais como votação online para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, enquetes online sobre assuntos de interesse da prefeitura, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Boa Vista.
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o Portal 156 Boa Vista, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

Educação

Macapá apresenta menor taxa líquida de matrículas em creches entre as capitais da região Norte em 2023. No entanto, registrou um acréscimo de 4,5 pontos percentuais entre 2021 (2,8%) e 2023 (7,3%). Na série histórica, de 2010 a 2023, em todos os anos a capital possui uma taxa menor que o Estado do Amapá.

A capital do Amapá não alcançou as metas do IDEB nos anos de 2017, 2019 e 2021. As diferenças registradas entre o índice e a meta foram as maiores entre as capitais da região Norte. No entanto, é importante destacar que Macapá, junto com Belém, foram as únicas capitais da região que obtiveram um acréscimo de 0,6 no IDEB entre 2017 e 2023, o dobro do aumento registrado por Manaus (0,3) e Porto Velho (0,1). Ainda, o município registrou em 2023 o maior IDEB desde 2005.

O município apresentou uma alta na taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2021 (0,9) e 2022 (1). Porém, considerando de 2021 a 2023, registrou uma queda de 44%, alcançando a taxa de 0,5. Em relação a taxa de distorção de idade-série, o Macapá passou de 14,6 em 2021 para 17,1 em 2023. Isto é, um aumento de aproximadamente 17%.

Macapá aumentou em R\$ 368,44 o gasto per capita em educação entre 2020 e 2023. Possui o terceiro menor gasto entre as capitais da região, com R\$ 778,32.

Recomendações:

- Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação que pode ser [acessado aqui](#).
- Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. Recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando para uma tomada de decisão baseada em evidências. A adoção de boas práticas também é importante. Neste contexto, a consulta a diferentes mapeamentos, como o “Educação que Dá Certo” do Todos Pela Educação, que pode ser [acessado aqui](#), pode fornecer orientações valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento das estratégias educacionais.
- Combater o abandono escolar e reduzir taxas de distorção de idade-série. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersetorial para enfrentamento do problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de acréscimo da taxa nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.

Saúde

Macapá ocupa a última classificação em relação à dimensão de saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Norte.

Em relação ao gasto per capita em saúde, o município registrou um aumento de R\$ 190,06 entre 2020 e 2023, totalizando R\$637,00. Ocupa a terceira posição de capital da região Norte com menor gasto per capita em saúde, porém está muito próxima das menores taxas, Rio Branco com R\$ 622,87 e Manaus com R\$ 623,53.

Macapá apresentou um aumento expressivo na cobertura da Atenção Básica de 14,09% em janeiro de 2021 para 41,76% em setembro de 2023. Um incremento de cerca de 28 pontos percentuais. Foi o maior crescimento registrado entre as capitais da região.

O município reduziu em aproximadamente 27% os óbitos por causas evitáveis na faixa etária de 5 a 74 anos entre 2021, quando houve 2.201 registros, e 2023, com 1.614 óbitos.

A capital do Amapá manteve, de 2021 a 2023, a menor cobertura vacinal entre as capitais da região, com uma queda de 40,98% para 34,95%. Apesar da redução ter sido a menor registrada entre as capitais da região, representando uma diminuição de 6 pontos percentuais, o município ainda apresenta os índices mais baixos de vacinação. Apenas 54,38% da população total de Macapá possui acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado do Amapá é de 46,93%. Segundo o SNIS 2022, 8,05% da população total do município tem acesso a os serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 6,45%.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Recomenda-se aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo melhores resultados na saúde pública.
- Ampliar e qualificar a Atenção Básica. Apesar de ter registrado um aumento na cobertura de Atenção Básica, o município apresenta margem para melhorias. Medidas para aumentar a cobertura podem incluir (i) o mapeamento da cobertura geográfica das equipes de saúde no território, identificando vazios sanitários; (ii) o planejamento da expansão; (iii) implementação de estruturas físicas; (iv) recrutamento e seleção de equipes de Saúde da Família, conforme Agenda Saúde na Cidade, realizado pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), Impulso e Instituto Arapuaú, que pode ser [acessado aqui](#).
- Priorizar políticas intersetoriais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia “Municípios e saneamento nas eleições 2024” do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.

Desenvolvimento Econômico

Macapá está em último lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

O município registra saldos positivos de empregos formais desde 2020, conforme dados do Novo Caged. Em 2023, foram 5.052 empregos formais de saldo, com divisão por grande grupamento de atividade econômica de aproximadamente 72,5% em serviços, 19% comércio, 14% indústria e 0,1% agropecuária. O setor de construção apresentou uma redução de 297 empregos formais neste ano.

Já nos dados até julho de 2024, Macapá possui um saldo de 5.194 empregos formais, com cerca de 79% em serviços, 13,5% em comércio, 6% construção e 0,1% indústria.

Macapá está na 9ª posição do ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente corporativo, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros. É a segunda capital da região Norte mais bem classificada, somente atrás de Boa Vista que ocupa a 6ª posição geral.

Recomendações:

- Promover um ecossistema de inovação. Apesar de estar bem classificada no Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Macapá possui espaço para melhorias, em especial em relação à inovação. No estudo, a cidade é avaliada em relação à proporção de doutores, mestres, funcionários em Ciência e Tecnologia, infraestrutura tecnológica, tamanho da economia criativa, entre outros fatores. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos em universidades e programas de fomento à pesquisa, além de iniciativas para impulsionar a economia criativa local, sempre prezando pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento social.
- Investir em melhorias de infraestrutura: Outra dimensão que pode ser aprimorada, segundo o ICE 2023, é a infraestrutura. Indicadores como transporte interurbano e condições urbanas indicam áreas para possíveis melhorias. O município deve concentrar esforços em melhorar a conectividade e mobilidade urbana, otimizando o transporte público, estradas e telecomunicações, que são essenciais para atrair novos negócios e melhorar a qualidade de vida dos moradores.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva: A inclusão produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável de Macapá, especialmente em um contexto de desigualdades sociais. O município deve promover programas que incentivem a capacitação e inserção no mercado de trabalho de populações vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas em situação de pobreza. Além disso, integrar iniciativas de empreendedorismo com foco na economia solidária e sustentável pode criar novas oportunidades para os cidadãos, com ênfase no fortalecimento das micro e pequenas empresas.

Proteção Social

Panoram famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Macapá entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 32.233 a 54.938. Aumento de aproximadamente 70,5%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 12.780 a 17.309. Aumento de aproximadamente 35,5%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 60.463 a 93.082. Aumento de aproximadamente 54%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 13.412 a 18.502. Aumento de aproximadamente 38%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como as realizadas pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e pelo Instituto Municipal de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, a capital do Amapá apresentou um pequeno acréscimo em torno de 6% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 110 a 117. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes teve uma redução de cerca de 20%, passando de 15 para 12.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁴, Macapá ocupa a 3ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 13,63%. Isto é, de acordo com o estudo, é a terceira capital do país com o menor impacto no gasto mensal com transporte público.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de segurança viária. Diante do aumento da taxa de interações por sinistro de trânsito no município, recomenda-se fortalecer as políticas de segurança viária. Readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
- Promover e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviáveis. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

Gestão da Qualidade

Macapá possui uma nota 7,82 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 5 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (42%) e 27 dos 59 indicadores de oferta (45%).

4. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Manaus

Educação

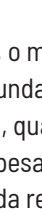
Mais da metade dos moradores de Manaus apresentaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') quanto a:

- Quantidade de escolas municipais: 51,4%
- Quantidade de creches municipais: 62%

Manaus registrou um crescimento de 4,4 pontos percentual na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021 e 2023, passando de 5% para 9,4%. Entretanto, o município apresenta uma taxa inferior à do Estado do Amazonas desde 2014. No comparativo regional de 2023 entre as capitais do Norte, é a segunda capital com a menor taxa, ficando atrás somente de Macapá (7,3%).

Em relação à avaliação da qualidade dos serviços educacionais, mais da metade dos moradores de Manaus manifestaram algum nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

- 58,7%: Qualidade da infraestrutura das escolas municipais
- 50,5% Qualidade do conteúdo aplicado na rede municipal de educação
- 53,8% Qualidade do ensino na rede municipal



Importante

O município possui o terceiro maior nível de satisfação entre as capitais analisadas quanto a qualidade do ensino na rede municipal (20,2%), ficando atrás somente de Curitiba (27,3%) e Fortaleza (22,8%).

O maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') do município se refere ao desempenho dos professores e demais profissionais do ensino, com 23,1%. No mesmo critério, 35,1% dos moradores da capital amazonense informaram neutralidade e 41,8% insatisfação.

A capital amazonense superou as metas do IDEB em 2017 com um excedente de 0,6 e em 2019 com 0,5. Contudo, não atingiu a meta em 2021. Comparando os índices de 2021 e 2023, houve um aumento de 0,5, sinalizando uma recuperação no período pós-pandemia e alcançando o maior índice IDEB desde 2005. Em números absolutos, o município registrou o maior índice entre as capitais da região em 2023, empatado com Rio Branco e Palmas.

Em 2023, o município registrou a segunda menor taxa de abandono nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre as capitais da região Norte, com um índice de 0,1. Comparado a 2021, quando o índice atingiu um pico de 0,8, houve uma queda expressiva de 87,5%. Apesar de ter se mantido praticamente constante, Manaus é uma das duas capitais da região Norte que não registraram aumento na taxa de distorção idade-série, com uma leve redução de 8,6 em 2021 para 8,4 em 2023.

Manaus possui o terceiro maior gasto per capita em educação entre as capitais da região Norte em 2023, com um total de R\$ 953,96. O acréscimo entre 2020 e 2023 foi de R\$ 299,95.



Para refletir

As avaliações de opinião dos moradores de Manaus quanto aos serviços de educação municipais indicam insatisfação tanto em relação à quantidade quanto à qualidade. Contudo, os indicadores de desempenho analisados, embora apresentem espaços para melhorias, revelam progressos significativos. A taxa líquida de matrículas em creches cresceu, e o município obteve uma redução considerável na taxa de abandono escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Manaus também atingiu as metas do IDEB em anos anteriores e apresentou uma leve recuperação no período pós-pandemia. O resultado dos indicadores e a insatisfação dos moradores apontam para a necessidade de continuar investindo na qualidade do ensino e na infraestrutura escolar. Para garantir que os resultados sejam percebidos pela população, é essencial uma comunicação eficaz sobre as melhorias realizadas, juntamente com um monitoramento contínuo das necessidades locais. Melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas já é a quarta prioridade identificada pelos moradores para aprimorar os serviços públicos, o que reforça a urgência de um alinhamento estratégico entre gestão e população para otimizar os resultados.

Recomendações:

1. Priorizar a educação de qualidade e a redução de desigualdades. Considerando a melhoria da qualidade da educação municipal como quarta prioridade de acordo com os moradores de Manaus, recomenda-se a implementação de modelos robustos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, visando para uma tomada de decisão baseada em evidências. A adoção de boas práticas também é importante. Neste contexto, a consulta a diferentes mapeamentos, como o "Educação que Da Certo" do Todos Pela Educação, que pode ser [acessado aqui](#), pode fornecer orientações valiosas para o desenvolvimento e aprimoramento das estratégias educacionais.
2. Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital do Amazonas continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
3. Aumentar gradualmente o financiamento da educação. Para melhorar os resultados educacionais, é recomendado aumentar progressivamente o financiamento destinado à educação, focando na equidade e na eficiência da alocação dos recursos. A criação de um plano de investimentos a longo prazo, com metas claras para redução da distorção idade-série, expansão de creches e melhoria dos índices de qualidade, pode orientar esse aumento de recursos, garantindo que o investimento seja direcionado para áreas com maior necessidade e impacto. É possível ver propostas para garantir os recursos financeiros da pasta como [recomendação 10 do documento do Todos Pela Educação](#) que pode ser [acessado aqui](#).

Saúde

Mais de 60% dos moradores da capital do Amazonas manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') em relação a:

69,7%: Tempo de espera para a realização de consultas e tempo de espera para a realização de exames

- 65,4%: Disponibilidade de médicos(as)
- 60,6% Disponibilidade de medicamentos



Para refletir

Como nas demais capitais da região, o tempo de espera é um dos principais motivos de insatisfação com os serviços de saúde no município. O nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') é de 10,6% para realização de consultas e de 11,5% para realização de exames. O resultado reforça o tempo de acesso como um ponto crítico para a melhoria de serviços públicos, ressaltando a importância de otimizar o tempo de espera e a eficiência no atendimento.

Os resultados também se conectam com a insatisfação na disponibilidade de médicos, uma vez que os moradores de Manaus consideram a saúde como o terceiro principal problema do município. Ademais, os manauaras identificaram como as duas principais prioridades para a melhoria do serviço público no município:

- A diminuição das filas nos hospitais e postos de saúde
- O aumento do número de médicos e profissionais de saúde.

Em resumo, os moradores de Manaus buscam prioritariamente um acesso mais rápido e eficiente aos serviços de saúde na capital, com menos tempo de espera e maior disponibilidade de profissionais.

A saúde continua com uma avaliação insatisfatória em torno de 50% dos moradores da capital em relação a:

- 56,3%: Quantidade de hospitais municipais
- 53,4%: Qualidade da infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 50,5%: Desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares
- 48%: Higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares

Os melhores níveis de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') do município são quanto à higiene das unidades de saúde/ambientes hospitalares (24,5%) e desempenho de médicos e enfermeiros ou outros profissionais de saúde nas unidades de saúde/ambientes hospitalares (22,1%).



Destaque

Entre as capitais analisadas, Manaus apresenta o terceiro maior índice de satisfação em relação a qualidade de infraestrutura das unidades de saúde/ambientes hospitalares, com 18,3%. Curitiba está em primeiro lugar com 27,9% e Belo Horizonte em segundo com 22,6%.

Manaus ocupa a quarta posição em relação à dimensão saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Norte.

Manaus está muito próximo do menor gasto per capita em saúde em 2023, pois computa um total de R\$ 623,53, enquanto Rio Branco possui R\$ 622,87. Apesar disso, entre 2020 e 2023, registrou um crescimento no gasto per capita de R\$ 111,94.

Manaus teve um crescimento expressivo na cobertura da Atenção Básica entre janeiro de 2021, quando possuía somente 47,24% até setembro de 2023, com 80,71%. O aumento substancial é de aproximadamente 33%. Ademais, está entre as três capitais da região que registrou no período uma cobertura acima de 80%.

Em relação a mortalidade por causas evitáveis entre 5 e 74 anos, Manaus teve um aumento em 2021, com 13052 registros, porém apresentou uma queda de cerca de 40% nos anos seguintes, com 7.943 registros em 2023.

A capital do Amazonas apresentou uma redução substancial na cobertura vacinal de 70,3% em 2021 para 53,91% em 2023. Foi a maior queda registrada entre as capitais da região, de cerca de 16 pontos percentuais.

99,48% da população total de Manaus tem acesso aos serviços de abastecimento de água, em comparação com a média do estado do Amazonas que é de 81,66%. Os dados do ANIS 2022 demonstram que apenas 26,09% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário, enquanto a média do estado é de 25,2%.

Recomendações:

1. Priorizar os interesses dos cidadãos manauaras, a partir da implementação de estratégias que visem uma maior disponibilidade de médicos e a redução dos tempos de espera. Estratégias possíveis incluem otimizar processos de atendimento, ampliar a capacidade de atendimento em postos de saúde e hospitais, e engajar a comunidade na avaliação dos serviços para garantir que suas necessidades e preocupações sejam ouvidas e consideradas na atuação da gestão municipal.
2. Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Diante da diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos, a adoção de estratégias para reverter esse cenário é recomendada. O estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#) evidencia o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Neste sentido, estratégias como o Portal "Imuniza Manaus" devem ser monitoradas e avaliadas para aprimorar a gestão dos serviços de saúde e garantir um aumento sustentável na cobertura vacinal.
3. Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Recomendase aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo os melhores resultados na saúde pública.
4. Priorizar políticas transversais de gestão de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia "Municípios e saneamento nas eleições 2024" do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.

Desenvolvimento Econômico

De modo geral, os serviços relacionados ao desenvolvimento econômico no município de Manaus são avaliados de forma insatisfatória por seus moradores. O nível de satisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'satisfeito') computam ao redor de 10%, conforme apresentado abaixo:

- Impostos municipais para empreendedores e empresas: 7,7%
- Programas de inovação, incubação ou aceleração de empresas: 12%
- Apoio aos empreendedores: 12,5%
- Programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho: 13,9%



Importante

Apesar de consideravelmente baixo, Manaus possui o terceiro maior nível de satisfação em relação a geração de renda e empregos (13,5%), ficando atrás somente de Curitiba (20,8%) e Goiânia (16,2%). O resultado é consistente com a percepção dos moradores de que a geração de empregos é a terceira principal prioridade do município para a melhoria dos serviços públicos.

O maior nível de insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') está relacionado a impostos municipais para empreendedores e empresas (60,1%) e programas para inserção de jovens, pessoas mais velhas ou em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho (57,7%).



Para refletir

O baixo nível de satisfação dos manauaras quanto aos impostos municipais para empreendedores e empresas pode estar relacionado com a percepção dos moradores da má administração pública e corrupção como segundo e quarto maior problema do município, respectivamente. A desconformidade sobre a aplicação eficiente dos recursos sugere que os cidadãos não percebem um retorno adequado em serviços e melhorias para a população dos impostos pagos.

Manaus está em quarto lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

A capital do Amazonas apresenta um saldo positivo de empregos formais segundo o Novo Caged desde 2020. Em 2023, o saldo foi de 18.059, considerando por grande agrupamento de atividade econômica, aproximadamente 55% em serviços, 19% em comércio, 14% em indústria e 12% em comércio. Até julho de 2024, o município registrou um saldo de 22.187 empregos formais, com 44% serviços, 30% indústria, 13% construção e 10% comércio.

Manaus ocupa a 22ª posição no ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

1. Promover a transparência na gestão dos recursos públicos. A implementação dos instrumentos previstos na Lei 13.460/2017 são fundamentais para aprimorar a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, fortalecendo a transparência da gestão municipal. Para além do fortalecimento das ouvidorias, realização e publicização dos resultados das avaliações continuadas dos serviços e da Carta de Serviços ao Usuário, é fundamental fortalecer e avaliar iniciativas como as ouvidorias do Sismouv (Sistema Municipal de Ouvidorias) e o uso da Plataforma Fala.BR, considerando uma análise territorializada do município que permita direcionar recursos para as principais áreas de atenção.
2. Fortalecer políticas de inclusão produtiva: Manaus deve promover iniciativas de inclusão produtiva como eixo de política pública de combate à pobreza e redução das desigualdades, como descrito no relatório do Ministério do Desenvolvimento Social que pode ser [acessado aqui](#). Neste sentido, reforça-se a importância da avaliação dos serviços e da implementação de modelos de monitoramento e avaliação robustos das políticas de inclusão produtiva, que possam delinear o impacto e um panorama territorializado do município para orientar a alocação dos recursos de forma efetiva.
3. Fomentar um ecossistema de inovação que crie parcerias entre universidades, startups, e o setor privado pode criar novas oportunidades de emprego e estimular a economia local. Manaus deve continuar a apoiar e expandir programas de inovação alinhados aos objetivos de desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento econômico local, como o projeto "Acelera Amazônia Manaus: Inovação, Sustentabilidade e Empreendedorismo". É reforçada a importância do monitoramento e avaliação de impacto dos programas, buscando resultados concretos e mensuráveis para garantir que as iniciativas estejam de fato promovendo o desenvolvimento econômico e social da região. Além disso, é fundamental que esses programas de inovação sejam inclusivos, promovendo a capacitação e integração de diversas camadas da população, e que estejam alinhados com as necessidades locais, favorecendo o crescimento sustentável e a geração de empregos de qualidade.

Proteção Social

A prefeitura de Manaus promove a igualdade de gênero e a inclusão social?

22,1% dos moradores do município concordam, enquanto 30,8% discordam. 35,1% dos moradores se declararam neutros e os demais declararam não saber. Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Manaus entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 96.364 a 256.587. Aumento de aproximadamente 166%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 57.343 a 72.051. Aumento de aproximadamente 25%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 211.642 a 394.369. Aumento de aproximadamente 86%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 48.263 a 66.859. Aumento de aproximadamente 39%



Para refletir

De acordo com o Censo 2022, Manaus é a metrópole brasileira que mais cresce. Entre 2010 e 2022, a taxa de crescimento da população (14,6%) foi mais que o dobro da média nacional (6,4%). De acordo com estudo do MapBiomas, que pode ser [acessado aqui](#), entre 1985 e 2021, Manaus teve a maior expansão de áreas urbanizadas em Aglomerados Suburbanos no Brasil, o que equivale a aproximadamente 10 mil campos de futebol em 2021. Fatores como a pandemia de Covid-19 e a crise migratória de venezuelanos contribuíram significativamente para esse crescimento acelerado, agravando os desafios relacionados à infraestrutura, habitação e serviços públicos.

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza no período analisado, é fundamental desenvolver políticas interseoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Recomendações embasadas no estudo da Aldeias Infantis SOS e Instituto Bem Cuidar para Manaus podem ser [acessadas aqui](#). Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Promover políticas de subsistência e autonomia para refugiados e migrantes. O relatório de perfil socioeconômico das pessoas venezuelanas que vivem em Manaus realizado pela ACNUR – Agência da ONU para Refugiados no Brasil, que pode ser [acessado aqui](#), pode ser uma ferramenta importante para o planejamento de ações mais focalizadas e que respondam de modo mais direto e assertivo à promoção de subsistência e autonomia da população refugiada e migrante. É importante que as políticas complementem, sem sobreposição, o arcabouço das políticas públicas existentes a promover um desenvolvimento local mais sustentável.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas, como as lideradas pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Promoção da Igualdade Racial (Semuripi), precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres que podem ser [acessados aqui](#).

5. Aglomerados Suburbanos são a definição do IBGE para os assentamentos precários, popularmente conhecidos como favelas

Mobilidade Urbana

De forma geral, os manauaras não estão satisfeitos com os serviços de mobilidade urbana no município. Mais de 70% manifestaram insatisfação (soma das respostas 'muito insatisfeito' e 'insatisfeito') com:

- Trânsito (74,5%)
- Preço das passagens de transporte público (74,5%)
- Poluição sonora ou atmosférica (gases) geradas (73,6%)
- Tempo de espera para tomar um ônibus/metrô/trem (72,6%)



Para refletir

O nível de satisfação em relação ao preço das passagens de transporte público é o segundo menor entre as capitais analisadas, com somente 6,7%. A capital do Amazonas fica somente na frente de Recife, que apresenta um nível de satisfação muito semelhante de 6,5%. Ao mesmo tempo, é interessante analisar que os manauaras não identificam como prioritário melhorar o preço da passagem ou do bilhete único. O serviço figura na 13ª posição entre 16, ficando atrás da melhoria do acesso de saúde, educação e geração de empregos. Já melhorar a qualidade do transporte público é a sexta prioridade para os moradores da capital.

O nível de insatisfação dos moradores da capital do Amazonas continua significativo em relação a:

- Quantidade/qualidade de ciclovias: 69,7
- Higiene dos ônibus/metrô/trens: 69,7%
- Qualidade do asfalto: 64,9%
- Desempenho de condutores, motoristas e de outros profissionais da rede de transportes: 59,6%
- Sinalização de trânsito (placas, faixas de pedestre, sinais, etc): 55,7%

Para refletir

A capital do Amazonas possui o segundo maior nível de insatisfação com a quantidade e qualidade de ciclovias, ficando na frente somente de Belém, que apresenta um nível muito próximo de 69,9%. O resultado, combinado com a insatisfação em relação à poluição sonora ou atmosférica, reforça uma crescente demanda dos manauaras por alternativas mais sustentáveis de mobilidade, como investimentos em mobilidade ativa.

O maior nível de satisfação (soma das respostas 'muito satisfeito' e 'satisfeito') dos serviços de mobilidade urbana no município é de 18,8% quanto à sinalização de trânsito.

Importante

Manaus é a única capital da região Norte pesquisada que os moradores consideram o meio ambiente como quinto e as mudanças climáticas como sexto maior problema do município. Em relação à afirmação de que a prefeitura protege o meio ambiente e promove ações de combate às mudanças climáticas, 25,5% dos moradores concordam, enquanto 32,9% discordam. 43,2% declaram neutralidade e 8,6% manifestam não saber. Isto é, o tema está entre os principais para os manauaras, porém não há uma percepção de poucas ações realizadas pela prefeitura. Neste sentido, recomenda-se a divulgação das iniciativas já realizadas e planejadas no combate às mudanças climáticas, além de ampliar e fortalecer as iniciativas de proteção ambiental.

Entre 2017 a 2022, a capital do Amazonas apresentou um acréscimo em torno de 38% no número de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 42 a 58. Considerando de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes se manteve praticamente constante, de 13 a 12.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁶, Manaus ocupa a 13ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 16,57%, empatada com a 12ª posição, Macaé, e os municípios de Natal e Vitória.

Recomendações:

1. Promover iniciativas de acessibilidade urbana e mobilidade ativa. Tendo em vista a demanda pela melhoria do transporte público e o nível de insatisfação com ciclovias e poluição atmosférica e sonora, políticas urbanas e de transporte voltadas à promoção da acessibilidade e redução de desigualdades sociais, raciais e de gênero devem ser implementadas e ampliadas no município. Um documento importante para análise é o Diagnóstico Local de acessibilidade e mobilidade com enfoque de classe, raça e gênero realizado pela Frente Nacional de Prefeitos, que pode ser [acessado aqui](#), e servir como base para o desenho de políticas públicas efetivas para um município mais equitativo e sustentável.
2. Avaliar o modelo de remuneração de operadores e o impacto no gasto mensal. Analisar os custos diretos e indiretos para os usuários do transporte público do município e o impacto sobre a acessibilidade e o uso. Utilizar essas informações para ajustar políticas, garantindo que o transporte público seja acessível e financeiramente sustentável. Ainda, é importante avaliar modelos de remuneração que levem em consideração indicadores de qualidade que possam aumentar a qualidade do serviço em relação às dores de seus usuários, como a pontualidade e higiene.
3. Fortalecer políticas de segurança viária. Diante do aumento expressivo da taxa de interações por sinistro de trânsito em Manaus, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).

6. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

A prefeitura de Manaus trabalha de forma eficiente e transparente para os cidadãos?

46,6% dos moradores da capital do Amazonas discordam da afirmação. Enquanto 21,2% concordam, 28,4% expressam neutralidade e 3,8% não sabem responder a pergunta.

Para refletir

Apesar de baixa, Manaus apresenta a segunda maior proporção de moradores que concordam com o trabalho de forma eficiente e transparente da prefeitura. Somente Curitiba, com 26%, supera esse nível.

61,1% dos moradores do município relataram terem enfrentado dificuldade em realizar algum procedimento junto à prefeitura. É a segunda maior proporção, ficando atrás somente de Fortaleza com 61,8%.

No entanto, 44,7% dos moradores de Manaus afirmaram que a prefeitura resolve satisfatoriamente os problemas de seus cidadãos quando eles precisam de serviços que dependem da administração municipal como exames, alvarás, matrículas, pagamento de taxas, entre outros. Em relação à afirmação, 41,3% se declaram insatisfeitos e 13,9% não sabem ou não lembram. É a terceira maior proporção de satisfação entre as capitais analisadas, considerando que Curitiba apresenta 56,5% e Belo Horizonte 44,9% de moradores satisfeitos com a resolução dos problemas relacionados a serviços públicos municipais.

O resultado reforça um reconhecimento relativo positivo em Manaus sobre a gestão municipal. Apesar de enfrentarem dificuldades, os manauaras percebem um nível significativo de resolubilidade por parte da prefeitura em atender às suas necessidades. Isso sugere que, embora haja desafios, a administração municipal tem demonstrado capacidade em resolver problemas quando se trata de serviços, mesmo que ainda exista uma ampla margem para melhorias contínuas que podem fortalecer ainda mais a satisfação dos cidadãos.

As três principais dificuldades enfrentadas para realizar algum procedimento são:

- Faltavam informações para a realização do serviço (28,3%)
- Serviço saiu do ar (22,8%)
- Faltavam informações durante o atendimento (22%)

Serviços públicos digitais

76,9% dos moradores de Manaus já acessaram serviços públicos municipais pela internet. 35% estão satisfeitos com os serviços públicos disponibilizados online pelo governo municipal. Ressalta-se que 20% declaram algum nível de insatisfação, enquanto a maioria se declara neutro (43%). O restante declara não saber. É o terceiro maior nível de satisfação com serviços digitais entre as capitais analisadas, tendo em vista que Curitiba possui 35,3% e Recife 35,5%.

Como os moradores de Manaus acessam os serviços públicos digitais?

- Pelo telefone celular 83%
- Pelo notebook ou computador 37%
- Pelo tablet 8%

Interessante

É a maior proporção de moradores que acessam os serviços públicos digitais via telefone celular entre as capitais analisadas. No entanto, é notável que a forma preferida pelos manauaras para fazer solicitações de serviços públicos à prefeitura é o atendimento presencial, com 28,4%. O uso de aplicativos vem em segundo lugar, com 26,4%, seguido pelo site da prefeitura, com 20,7%. Embora o acesso digital seja amplamente utilizado, parte significativa dos cidadãos ainda valorizam o contato direto e pessoal ao interagir com a administração municipal.

Manaus possui uma nota 7,64 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (67%) e 30 dos 59 indicadores de oferta (50%).

Recomendações:

1. Aprimorar as informações dos serviços. Para abordar os principais problemas identificados, como a falta de informações para a realização dos serviços e durante o atendimento, é essencial melhorar a comunicação e a transparência. A criação e atualização de cartas de serviços ao usuário, FAQs atualizadas e sistemas de suporte ao usuário mais acessíveis são medidas possíveis. Assegurar que as informações relevantes estejam disponíveis e sejam facilmente compreendidas pelos cidadãos pode reduzir as dificuldades no atendimento e aumentar a satisfação geral.
2. Priorizar e aprimorar os meios de acesso a serviços digitais de preferência dos manauaras. No caso de Manaus, o atendimento presencial continua sendo relevante. Dessa forma, é preciso compreender de maneira territorializada a concentração de demandas por postos de atendimento presencial, a fim de garantir que toda a população seja adequadamente atendida. Também é importante destacar a digitalização como um processo gradual, que possa garantir a inclusão digital dos cidadãos. Os meios de acesso digitais disponíveis são por aplicativo e pelo site da prefeitura. Em relação ao aplicativo, diante das falhas relatadas, como a incapacidade de completar serviços, é essencial desenvolver aplicativos mais intuitivos, com funcionalidades ampliadas, e realizar atualizações frequentes, garantindo uma experiência eficiente e satisfatória para os usuários. Já quanto ao site da prefeitura, para garantir uma boa experiência, o site deve ser atualizado, intuitivo e adaptado para dispositivos móveis, permitindo um uso eficiente também via celular.
3. Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Manaus.

Educação

De 2021 a 2023, Palmas reportou um aumento de 22,9% a 35,6% na taxa líquida de matrícula em creches. Trata-se de um crescimento de 12,7 pontos percentuais, o maior registrado entre as capitais da região Norte. Em comparação à taxa do Estado do Tocantins, a capital apresentou uma taxa superior ao longo da série histórica de 2010 a 2023, exceto em 2022, quando houve uma diferença de 0,3%. O município registrou em 2023 a maior taxa entre as capitais da região Norte.

Palmas superou as metas do IDEB 2017 e 2019, com excedentes respectivos de 0,8 e 0,5. Entretanto, não atingiu a meta em 2021. O IDEB 2023 apresentou uma melhora em relação a 2021 de 0,2. Porém, o acréscimo foi insuficiente para superar o índice registrado em 2017. Considerando o índice de 2023 em números absolutos, o município registrou o maior índice entre as capitais da região, empatado com Manaus e Rio Branco.

O município apresenta a menor taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental entre as capitais da região Norte entre 2017 e 2023. Ressalta-se que a maior taxa foi de 0,1 em 2017 e 2020, com os demais anos computando uma taxa de 0. Além disso, mesmo com um aumento entre 2021 a 2023 de 2,1 para 3,3, a capital do Tocantins possui a menor taxa em números absolutos de distorção idade-série entre as capitais da região Norte.

Palmas lidera com diferença expressiva o maior gasto per capita em educação da região Norte em 2023. O município totaliza R\$ 1720,77, com um aumento expressivo de R\$ 654,36 entre 2020 e 2023. O maior aumento nominal entre as capitais da região.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Palmas no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar iniciativas e fortalecer a recomposição de aprendizagem. Avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo “Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia” do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, “Tá On!” para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
- Gestão eficiente dos recursos: Tendo em vista que Palmas apresenta o maior gasto per capita em educação entre as capitais da região Norte, seria importante focar na gestão otimizada dos recursos para geração de impacto. Estratégias incluem a priorização da equidade no uso dos recursos, garantindo que áreas com maiores necessidades recebam maior atenção, e o foco em políticas com evidências. Auditorias e avaliações periódicas dos programas educacionais podem ajudar a garantir que os investimentos estão resultando em melhorias concretas na qualidade da educação.
- Estabelecer e aprimorar processos sistemáticos de monitoramento e avaliação das políticas educacionais, com o objetivo de identificar e aprimorar intervenções que potencializem os resultados educacionais e promovam a equidade. É fundamental que as avaliações considerem as desigualdades raciais, socioeconômicas e regionais, garantindo que as políticas sejam ajustadas para atender às necessidades específicas dos alunos.

Saúde

Palmas ocupa a melhor classificação em relação à dimensão saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre todas as capitais.

Palmas possui o maior gasto per capita em saúde entre as capitais da região Norte em 2023, com um total de R\$ 1.112,05. O aumento registrado no período de 2020 a 2023 foi de R\$ 250,36.

O município apresenta a maior cobertura de Atenção Básica entre as capitais da região. Registrou um aumento de 83,37% em janeiro de 2021 para 98,82% em setembro de 2023. Aumento de cerca de 15 pontos percentuais. É a única capital regional que possui uma cobertura acima de 81% em 2023.

O número de óbitos por causas evitáveis de 5 a 74 anos em 2023 é o menor entre as capitais da região. Ademais, a capital do Tocantins apresentou uma diminuição de cerca de 25% dos registros, passando de 1.128 em 2021 para 836 em 2023.

Palmas passou de uma cobertura vacinal de 64,56% em 2021 para 50,74% em 2023. Uma queda relevante de aproximadamente 14 pontos percentuais.

97,93% da população de Palmas tem acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado do Tocantins é de 86,43%. Já 89,96% da população do município possui acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 61,22%, de acordo com dados do SNIS em 2022.

Recomendações:

- Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Diante da diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos, a adoção de estratégias para reverter esse cenário é recomendada. O estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#) evidencia o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Neste sentido, estratégias como o aplicativo “minhasaúde.rio”, que permite o agendamento de vacinas, podem ser eficazes. Monitorar indicadores e avaliar as iniciativas são passos essenciais para aprimorar a gestão dos serviços de saúde e garantir um aumento sustentável na cobertura vacinal.
- Investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis, a redução de desigualdades e a otimização das operações para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
- Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Palmas ocupa a primeira posição na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte. Entre as capitais de todo o país, o município está em oitavo lugar na classificação geral.

Desde 2021, a capital do Tocantins apresenta um saldo positivo de empregos formais conforme dados do Novo Caged. Em 2023, foram 5.353 empregos formais de saldo, com divisão segundo grande grupamento de atividade econômica de cerca de 72% em serviços, 16% comércio, 10% construção e 2,5% indústria. O setor de agropecuária apresentou um saldo de menos 12 empregos neste ano.

Considerando até julho de 2024, o saldo de empregos formais de Palmas é de 3.335, com 63% em serviços, 24% construção, 12% comércio e 0,4% agropecuária. O saldo do setor de indústria no município neste período é de somente 1.

De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, Palmas está na 15ª posição no ranking geral.

Recomendações:

- Aprimorar ambiente regulatório. Embora esteja bem colocada no Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Palmas tem o potencial de melhorar seu ambiente regulatório. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. A digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas são algumas sugestões possíveis.
- Investir em melhorias de infraestrutura. O município de Palmas pode priorizar investimentos em infraestrutura, especialmente em áreas como condições urbanas e transporte interurbano. Melhorar a acessibilidade e a mobilidade urbana, além de fortalecer a infraestrutura de telecomunicações e energia, são passos importantes para apoiar o crescimento econômico, facilitar o fluxo de mercadorias e serviços, e melhorar a qualidade de vida dos moradores. A avaliação detalhada dos dados pode ajudar a identificar as áreas mais críticas e a desenhar estratégias de intervenção eficazes.
- Promover políticas de inclusão produtiva e redução de desigualdades. Iniciativas de inclusão produtiva, como o Banco do Povo, precisam ser constantemente monitoradas e avaliadas para medir seu impacto social e garantir que estão atendendo adequadamente às necessidades da população mais vulnerável. Além disso, ajustes e melhorias devem ser realizados com base em dados para maximizar o alcance desses programas. O município pode também integrar políticas voltadas para a capacitação e qualificação profissional, fortalecendo o empreendedorismo local e gerando novas oportunidades de emprego, com foco em reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Palmas entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 12.640 a 19.678. Aumento de aproximadamente 56%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 5.828 a 8.523. Aumento de aproximadamente 47%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 34.567 a 46.360. Aumento de aproximadamente 34%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 13.510 a 15.632. Aumento de aproximadamente 16%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade para gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como as realizadas pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais e Igualdade Racial e pela Secretaria Municipal da Mulher, precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

Entre 2017 a 2022, o município aumentou a taxa de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes de 356 para 429, o que corresponde a um acréscimo de 20,5%.

Considerando o período de 2017 a 2021, a taxa de mortalidade em sinistro de trânsito por 100 mil habitantes permaneceu praticamente estável, de 37 a 38.

Palmas apresenta um impacto de 14,18% no gasto mensal com Transporte Público, segundo estudo entre capitais brasileiras⁷. O município ocupa a 4ª de 28 posições.

Recomendações:

- Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento da taxa de internações por sinistro de trânsito em Palmas, é recomendável adotar medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
- Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na realização e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público, além de apontar ajustes necessários nas políticas e infraestrutura para desafios ambientais e climáticos.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviárias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

⁷ Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

Palmas apresenta uma nota 8,6 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 8 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (67%) e 29 dos 59 indicadores de oferta (49%).

Recomendações:

- Implementar novos formatos de oferta de serviços digitais. Diante da baixa adesão aos indicadores de oferta de acordo com Mapa de Governo Digital e em busca de avançar na transformação digital, Palmas pode implementar novos serviços digitais como votação online para orientar a tomada de decisão sobre políticas públicas, grupos de discussão como fóruns ou comunidades pela internet, enquetes online sobre assuntos de interesse da prefeitura, entre outros. Além de modernizar a oferta de serviços, iniciativas similares também promovem uma maior participação cidadã e uma gestão mais transparente e eficiente.
- Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Palmas.
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o atendimento presencial e o portal da Ouvidoria de Palmas, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

Porto Velho

Educação

Porto Velho aumentou 6,6 pontos percentuais na taxa líquida de matrículas em creches entre 2021(9%) e 2023 (15,6%). Na série histórica de 2010 a 2023, a taxa do município permanece próxima a do Estado de Rondônia, com diferenças de no máximo dois pontos percentuais. No comparativo entre as capitais da região Norte em 2023, a capital apresenta a terceira menor taxa.

O município atingiu a meta do IDEB em 2017, mas não conseguiu alcançá-la em 2019 e 2021. No entanto, no IDEB de 2023, apresentou uma melhoria de 0,5 em comparação a 2021. Ainda assim, o índice foi insuficiente para superar o resultado obtido em 2017.

A taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental da capital de Rondônia permaneceu praticamente estável entre 2020 e 2023. Houve uma redução inicial de 0,6 em 2020 para 0,4 em 2021. Todavia, em 2022 a taxa aumentou para 0,5, e manteve-se nesse nível em 2023.

Porto Velho foi uma das duas capitais da região Norte que não registraram aumento na taxa de distorção idade-série entre 2021 e 2023. Pelo contrário, apresentou a maior redução, passando de 9,3 para 6,5, uma queda de aproximadamente 30%. Além disso, a taxa de 2023 é a segunda menor entre as capitais da região.

Porto Velho possui o quarto maior gasto per capita em educação em 2023 entre as capitais da região Norte. Entre 2020 e 2023, aumentou em R\$ 309,02 o gasto.

Recomendações:

1. Avaliar e ampliar as políticas de abandono escolar. Considerando a estabilização das taxas de abandono escolar no município, é recomendável avaliar as estratégias que estão sendo implementadas a fim de incluir ajustes ou novas iniciativas que possam superar essa fase de estagnação. Implementar políticas preventivas e de intervenção precoce. Um exemplo interessante é o Pacto estadual pelo enfrentamento à infrequência, ao abandono e à evasão escolar (PEEIAE), que estabelece medidas articuladas para diagnosticar as causas e planejar, executar, monitorar e avaliar ações, programas e serviços de forma intersetorial para enfrentamento do problema. Já foi implementado no Estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
2. Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Porto Velho no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar iniciativas e fortalecer a recomposição de aprendizagem, como o projeto com comunidades ribeirinhas "Banzeiro do Saber". Avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo "Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia" do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, "Tá On!" para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
3. Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital de Rondônia continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.

Saúde

Manaus ocupa a quinta posição em relação à dimensão saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

Porto Velho apresenta o segundo maior gasto em saúde em 2023 entre as capitais da região Norte. Entre 2020 e 2023, computou um aumento de R\$ 245,32.

O município registrou um aumento em torno de 16 pontos percentuais na cobertura da Atenção Básica entre janeiro de 2021 a setembro de 2023, passando de 43,68% para 60,07%.

Em termos de mortalidade por causas evitáveis entre 5 e 74 anos, Porto Velho apresentou um aumento em 2021 com 2.963 registros. No entanto, apresentou uma diminuição de cerca de 36%, com 1.887 registros em 2023.

Em 2021, o município apresentava uma cobertura vacinal de 57,5%. No entanto, até 2023, houve uma queda significativa, reduzindo a cobertura para 47,29%.

41,79% da população de Porto Velho possui acesso aos serviços de abastecimento de água, enquanto a média do estado de Rondônia é de 56,6%. Conforme os dados do SNIS 2022, somente 9,89% da população do município tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado é de 14,16%.

Recomendações:

1. Priorizar políticas intersetoriais de garantia de acesso à água, tratamento de esgoto, drenagem e gestão de resíduos sólidos. Como responsável pelos serviços de saneamento básico, o município tem a atribuição indelegável de planejar e assegurar o controle social sobre os serviços, além de delegar a regulação e definir as modalidades de prestação desses serviços. De acordo com o guia "Municípios e saneamento nas eleições 2024" do Instituto Água e Saneamento que pode ser [acessado aqui](#), a agenda municipal de saneamento básico e segurança hídrica deve incluir ações de planejamento, transparência e participação social, meio ambiente e clima e emergência.
2. Investir na melhoria da gestão eficiente dos recursos de saúde, garantindo a alocação adequada dos recursos disponíveis, a redução de desigualdades e a otimização das operações para maximizar a eficiência dos serviços prestados. É importante prezar pela gestão com base em evidências, para que a alocação dos recursos seja realizada de forma efetiva visando a entrega de serviços de qualidade de forma igualitária. Um guia útil é o de Componentes Básicos da Gestão com Base em Evidência elaborado pelo Insper e pelo Instituto Ayrton Senna, que pode ser [acessado aqui](#).
3. Implementar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.

Desenvolvimento Econômico

Porto Velho está em terceiro lugar na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

A capital de Rondônia registra um saldo positivo de empregos formais desde 2021, de acordo com dados do Novo Caged. No ano de 2023, o município registrou um saldo de 3.630. Considerando aproximadamente por grande agrupamento de atividade econômica, 69% serviços, 15% construção, 8% comércio, 5% indústria e 2% agropecuária.

Até julho de 2024, Porto Velho apresenta um saldo positivo de 3.083 empregos formais, com 48% serviços, 27% comércio, 19% indústria e 6% construção. A agropecuária registra até o momento um saldo negativo de -23.

Porto Velho está na 32ª posição no ranking geral do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros.

Recomendações:

1. Aprimorar o capital humano. De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Porto Velho obteve sua menor pontuação em relação ao capital humano. O estudo avalia a dimensão de acordo com acesso e qualidade de mão de obra básica, que inclui indicadores educacionais como IDEB, e acesso e qualidade da mão de obra qualificada, considerando especialmente dados relacionados ao ensino superior completo. De forma geral, o índice indica a importância dos investimentos em educação básica, que devem ser ampliados, monitorados e avaliados em busca de impacto positivo nas oportunidades de trabalho e na competitividade da cidade no longo prazo.
2. Investir em infraestrutura. Outro ponto de melhoria para Porto Velho é a infraestrutura, conforme os dados do ICE 2023. Investimentos em áreas como transporte, energia, saneamento e conectividade são fundamentais para promover o desenvolvimento econômico local. Melhorar a infraestrutura urbana e interurbana contribuirá não apenas para a logística e o comércio, mas também para a qualidade de vida dos cidadãos. O município deve realizar um diagnóstico detalhado das suas principais deficiências e priorizar intervenções estratégicas, visando atrair investimentos e fomentar o crescimento sustentável.
3. Fortalecer políticas de inclusão produtiva e redução de desigualdades. Porto Velho tem iniciativas como o Programa de Inclusão Produtiva Sanitária (PraisSan), que busca simplificar a regularização sanitária. É fundamental que políticas que visam promover inclusão social e econômica, especialmente para a população em situação de vulnerabilidade, sejam constantemente monitoradas e avaliadas para garantir que estão de fato gerando impacto positivo e sustentável. Ademais, a ampliação dessas iniciativas, integrando capacitação profissional e empreendedorismo, pode auxiliar na redução das desigualdades socioeconômicas, criando um ambiente mais inclusivo e fomentando a geração de empregos.

Proteção Social

Panoram famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Porto Velho entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 21.569 a 46.146. Aumento de aproximadamente 114%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 11.789 a 18.470. Aumento de aproximadamente 57%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 53.305 a 88.836. Aumento de aproximadamente 67%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 20.298 a 27.075. Aumento de aproximadamente 33%

Recomendações:

1. Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
2. Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade para gestão municipal.
3. Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como as realizadas pela Coordenadoria Municipal de Mulheres e pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compri), precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
4. Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

De 2017 a 2022, o município aumentou de 199 para 402 a taxa de internações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes. Trata-se de uma acréscimo de 101,5%, o maior registrado entre as capitais da região Norte. Entre 2017 e 2021, Porto Velho apresentou uma queda de cerca de 22% na taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 23 a 18.

De acordo com estudo comparativo do impacto do gasto mensal com Transporte Público nas capitais brasileiras⁸, Porto Velho apresenta um impacto de 15,10%. O município ocupa a 7ª posição entre as capitais analisadas.

Recomendações:

1. Fomentar políticas de segurança viária. Diante do aumento significativo da taxa de internações por sinistro de trânsito em Porto Velho, recomenda-se a adoção de medidas como: readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal. Essas são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
2. Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na publicação e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público, além de apontar ajustes necessários nas políticas e infraestrutura para desafios ambientais e climáticos.
3. Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e cicloviás. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

8. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

Porto Velho possui uma nota 9,7 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação. A maior nota entre as capitais da região Norte, empatada com Rio Branco.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 27 dos 59 indicadores de oferta (45%).

Recomendações:

1. Realizar e divulgar avaliações contínuas de serviços prestados. Como estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, é responsabilidade do município realizar e publicar os resultados das avaliações contínuas de serviços prestados pela administração direta e indireta do município. Nesse sentido, a implementação da lei é um passo importante para promover a qualidade dos serviços públicos de Porto Velho.
2. Investir na digitalização dos serviços. Diante da baixa aderência de Porto Velho aos indicadores de gestão e infraestrutura no Mapa de Governo Digital, recomenda-se uma digitalização gradual dos serviços públicos, com foco na inclusão digital. Um exemplo é o aplicativo "Emdur Porto Velho", que facilita a solicitação de serviços de iluminação pública. É fundamental priorizar a experiência do usuário, buscando unificar e simplificar o acesso a diferentes serviços em uma única plataforma, garantindo que a população possa utilizá-los de forma eficiente e acessível.
3. Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação eficazes, como o atendimento presencial e o Fala.BR, destaca-se a formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Ademais, implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.

Rio Branco

Educação

Rio Branco cresceu a taxa líquida de matrículas em creches em 8,8 pontos percentuais, passando de 13,7% em 2021 para 22,5% em 2023. Desde 2016 a capital registra uma taxa maior que a do Estado do Acre. O município registrou em 2023 a segunda maior taxa entre as capitais da região Norte.

A capital do Acre superou as metas do IDEB 2017 e 2019 com os maiores excedentes entre as capitais da região Norte, 0,9 e 0,7, respectivamente. No entanto, não atingiu a meta em 2021. O IDEB 2023 apresentou uma melhora em relação a 2021 de 0,5. Porém, o acréscimo foi insuficiente para superar o índice registrado em 2017. O município registrou o maior índice entre as capitais da região em 2023 em números absolutos, empatado com Manaus e Palmas.

Em 2019, o município tinha uma taxa de abandono escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental de 0,3. Em 2020, a taxa aumentou para 1,8 e foi de 1,4 em 2021. Contudo, em 2023, houve uma recuperação significativa, com a taxa reduzida para 0,4, representando uma queda de aproximadamente 71%.

Em relação à taxa de distorção de idade-série, Rio Branco registrou um aumento de 9,5 em 2021 para 11,6 em 2023, representando um acréscimo de cerca de 22%.

Rio Branco possui o segundo menor gasto per capita em educação no comparativo com as demais capitais da região Norte em 2023. Apesar disso, aumentou em R\$ 356,52 o gasto entre 2020 e 2023.

Recomendações:

- Fortalecer políticas de formação continuada de professores e de recomposição da aprendizagem. Considerando os resultados de Rio Branco no IDEB no período anterior à pandemia, é importante retomar iniciativas e fortalecer a recomposição de aprendizagem, como o programa "Mentelnovadora". Avaliar e fortalecer iniciativas de recomposição da aprendizagem que estejam relacionadas às Competências da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e investir em práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades específicas dos alunos são estratégias para promover uma melhoria contínua na qualidade da educação do município. O estudo "Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia" do Instituto Natura e Fundação Lemann descreve experiências interessantes para inspiração como o programa de tutoria e mentoria online da Prefeitura do Rio de Janeiro, "Tá On!" para turmas especiais de regularização de fluxo. O estudo pode ser [acessado aqui](#).
- Ampliar a cobertura de creches no município. A meta do Plano Nacional de Educação era de no mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos nas creches em 2016. A capital do Acre continua distante de atingir essa meta. Considerando as soluções por parte do poder público, é importante investir em um plano de expansão das creches e de vagas levando em consideração uma análise territorial das demandas e priorizando regiões com menor cobertura e maiores vulnerabilidades.
- Reduzir a taxa de distorção de idade-série. Estratégias focadas na redução da taxa de distorção de idade-série são importantes no contexto de aumento percebido nos últimos anos. Nesse sentido, são recomendações do estudo da UNICEF que pode ser [acessado aqui](#): (i) Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município e (ii) Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município.

Saúde

Rio Branco ocupa a terceira melhor posição em relação à dimensão saúde na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as capitais da região Norte.

Em relação ao gasto per capita em saúde, apresenta o menor entre as capitais no comparativo regional em 2023. No entanto, aumentou em R\$ 298,63 o gasto no período de 2020 a 2023.

Rio Branco aumentou a cobertura de Atenção Básica de 46,68% em janeiro de 2021 para 69,98% em setembro de 2023. Isto é, um acréscimo percentual de aproximadamente 23%.

Em termos de mortalidade por causas evitáveis entre 5 e 74 anos, Rio Branco apresentou uma diminuição de cerca de 30% entre 2021 e 2023, passando de 1.873 a 1312 registros.

Rio Branco reduziu sua cobertura vacinal de 56,22% em 2021 para 45,78% em 2023.

Recomendações:

- Incrementar progressivamente o financiamento em saúde. Recomenda-se aumentar gradualmente o financiamento destinado à saúde, com prioridade na equidade e na eficiência na alocação dos recursos. O desenvolvimento de um plano de investimentos a longo prazo, com metas definidas para aprimorar a Atenção Básica, expandir a cobertura vacinal e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. A gestão eficiente dos recursos, fundamentada em dados e evidências, assegura que os investimentos sejam direcionados às áreas com maior necessidade e impacto, promovendo melhores resultados na saúde pública.
- Estabelecer e ampliar estratégias para aumentar a cobertura vacinal: Frente a queda da cobertura vacinal do município, recomenda-se a adoção de estratégias como as elencadas no estudo da Subsecretaria de Saúde Gerência de Informações Estratégicas em Saúde CONECTA-SUS que pode ser [acessado aqui](#). Destaca-se o uso de recursos de saúde digital como mensagens de texto e aplicativos com informações sobre os imunizantes, opção para agendamento em unidades de vacinação e alerta para doses em atraso. Ainda, o estudo demonstra que estratégias de educação em saúde são efetivas.
- Implementar modelos de monitoramento e avaliação robustos: Neste sentido, com o objetivo de garantir a eficácia e a transparência dos recursos, é importante desenvolver e adotar modelos robustos de monitoramento e avaliação das despesas e políticas de saúde. Avaliações contínuas garantem que o aumento do financiamento seja bem gerido e que os recursos possam ser alocados de forma a garantir acesso a serviços de saúde de qualidade pela população.

Desenvolvimento Econômico

Rio Branco ocupa a penúltima posição na classificação em relação à dimensão de desenvolvimento econômico na avaliação dos indicadores da pesquisa entre as sete capitais da região Norte.

A capital do Acre apresenta, desde 2020, um saldo positivo de empregos formais. O saldo do ano de 2023 foi de 3.609. Por grande grupamento de atividade econômica, é de 73% em serviços, 15% comércio, 7% construção, 3% indústria e 1% agropecuária.

Até julho de 2024, o município registra um saldo de 3.230 empregos formais. 60% serviços, 27% construção, 6% indústria, 5% comércio e 0,4% agropecuária.

Segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, estudo sobre o ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura dos municípios brasileiros, Rio Branco está na 69ª posição no ranking geral.

Recomendações:

- Aprimorar ambiente regulatório. De acordo com o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) da ENAP, Rio Branco apresenta sua menor pontuação na dimensão de ambiente regulatório. O estudo avalia aspectos como o tempo de trâmites administrativos, tributação e a complexidade burocrática. Simplificar processos e tornar o ambiente mais previsível para empreendedores pode atrair mais investimentos e dinamizar a economia local. Algumas sugestões incluem a digitalização de serviços e a criação de incentivos fiscais para pequenas e médias empresas.
- Promover um ecossistema de inovação. Conforme os dados do ICE 2023, outro ponto de melhoria para Rio Branco é em relação à inovação. No estudo, a cidade é avaliada em relação à proporção de doutores, mestres, funcionários em Ciência e Tecnologia, infraestrutura tecnológica, tamanho da economia criativa, entre outros fatores. A gestão municipal deve analisar esses dados em detalhe para direcionar investimentos estratégicos em universidades e programas de fomento à pesquisa, além de iniciativas para impulsionar a economia criativa local, sempre prezando pela sustentabilidade e pelo desenvolvimento social.
- Fortalecer políticas de inclusão produtiva e redução de desigualdades. Rio Branco deve promover iniciativas de inclusão produtiva como eixo de política pública de combate à pobreza e redução das desigualdades, como descrito no relatório do Ministério do Desenvolvimento Social que pode ser [acessado aqui](#). Neste sentido, reforça-se a importância da avaliação dos serviços e da implementação de modelos de monitoramento e avaliação robustos das políticas de inclusão produtiva, que possam delinear o impacto e um panorama territorializado do município para orientar a alocação dos recursos de forma efetiva.

Proteção Social

Panorama famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) no município de Rio Branco entre janeiro de 2021 a janeiro de 2023:

- Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza: 23.315 a 44.125. Aumento de aproximadamente 90%
- Quantidade de famílias em situação de pobreza: 5.069 a 8.439. Aumento de aproximadamente 67%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo: 37.202 a 66.698. Aumento de aproximadamente 79%
- Quantidade de famílias com renda per capita mensal acima de meio salário mínimo: 6.479 a 10.233. Aumento de aproximadamente 58%

Recomendações:

- Desenhar e implementar estratégias para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza, considerando não apenas a renda, mas também fatores como acesso a serviços básicos, educação, saúde, moradia e segurança alimentar. Diante do contexto de aumento expressivo de famílias em situação de extrema pobreza e de renda per capita mensal acima de meio salário mínimo no período analisado, é fundamental desenvolver políticas intersetoriais que integrem ações de inclusão produtiva, proteção social e desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, monitorar e avaliar de forma contínua o impacto das políticas públicas, ajustando-as conforme as necessidades da população, especialmente aquelas em situação de extrema pobreza. Fortalecer parcerias com a sociedade civil e organizações locais pode ser uma estratégia eficaz para ampliar o alcance e a efetividade dessas iniciativas.
- Fortalecer o Sistema de Assistência Social Municipal. Garantir a cobertura e adequação dos serviços de assistência social às necessidades identificadas nas avaliações contínuas dos serviços prestados e na análise dos dados, com o objetivo de aumentar a capacidade de resposta às demandas da população. Ressalta-se ainda que o Cadastro Único é um instrumento para focalização de políticas públicas que pode ser utilizado pela prefeitura na gestão e tomada de decisões voltadas à identificação das famílias em situação de vulnerabilidade. As informações disponíveis possibilitam a elaboração de diagnósticos e de políticas sociais. Por isso, a atualização e manutenção do CadÚnico deve ser tratada como uma prioridade pela gestão municipal.
- Promover políticas de igualdade racial e de gênero. A promoção de políticas de igualdade racial e de gênero deve ser tratada como uma prioridade. As iniciativas da Prefeitura, como a Casa Rosa Mulher e a implementação da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial (PMPIR), precisam ser continuamente monitoradas e avaliadas em termos de impacto, permitindo ajustes e direcionamento de recursos conforme necessário. É preciso garantir que os programas alcancem seus objetivos e, se necessário, recebam maiores investimentos para ampliar sua eficácia.
- Priorizar medidas de adaptação e mitigação climática de forma integrada. As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade, tornando fundamental a adoção de medidas abrangentes e coordenadas nas políticas públicas para aumentar a resiliência das comunidades. Possíveis recomendações incluem o mapeamento dos riscos climáticos e de vulnerabilidades; bem como o planejamento e implementação de intervenções estruturais e não estruturais. Uma referência de conteúdo de com boas práticas e orientações são os guias do Escritório da Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres de como construir cidades mais resilientes que podem ser [acessados aqui](#).

Mobilidade Urbana

De 2017 a 2022, o município aumentou de 282 para 300 a taxa de interações por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, um acréscimo em torno de 5%. Entre 2017 e 2021, Rio Branco apresentou uma pequena redução de cerca de 12% na taxa de mortalidade por sinistro de trânsito por 100 mil habitantes, passando de 17 a 15.

Em relação ao impacto no gasto mensal com Transporte Público⁹, Rio Branco ocupa a 2ª posição na classificação entre as capitais brasileiras com impacto no salário de 12,89%, indicando que o custo do transporte é mais acessível para seus residentes em comparação com a maioria das outras capitais

Recomendações:

- Promover políticas de segurança viária. Diante do aumento da taxa de interações por sinistro de trânsito no município, recomenda-se fortalecer as políticas de segurança viária. Readequar os limites de velocidade, favorecer baixas velocidades a partir do desenho viário e criar uma política de segurança viária estruturada e abrangente no âmbito municipal são as principais recomendações do Guia de Soluções para Incentivar a Segurança Viária que pode ser [acessado aqui](#).
- Realizar e divulgar resultados de pesquisas de avaliação contínua da mobilidade urbana. Investir na pesquisa e divulgação regular de pesquisas sobre a eficácia das políticas de transporte, a satisfação dos usuários e as áreas que necessitam de melhorias. Divulgar os resultados a fim de garantir transparência e promover ações informadas para o aumento da qualidade do transporte público, além de apontar ajustes necessários nas políticas e infraestrutura para desafios ambientais e climáticos.
- Fortalecer iniciativas de mobilidade ativa. Com o objetivo de promover a segurança no trânsito e a qualidade de vida da população, é recomendada a adoção e aprimoramento de medidas voltadas à mobilidade ativa, como a criação de calçadas seguras e ciclovias. Além disso, as avaliações dos projetos de infraestrutura devem ser divulgadas e abertas à participação pública, permitindo que os cidadãos contribuam para a identificação e avaliação dos impactos na redução de acidentes, na diminuição da poluição e no incentivo a hábitos de vida mais saudáveis.

9. Estudo pode ser [acessado aqui](#).

Gestão da Qualidade

Rio Branco apresenta uma nota 9,7 na Escala Brasil Transparente de 2020 da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia a transparência pública em relação à promoção do acesso à informação. A maior nota entre as capitais da região Norte, empatada com Porto Velho.

De acordo com o Mapa de Governo Digital de 2022, a capital responde positivamente a 7 dos 12 indicadores avaliados de gestão e infraestrutura (58%) e 23 dos 59 indicadores de oferta (39%).

Recomendações:

- Impulsionar a realização e divulgação das avaliações contínuas de serviços prestados. Conforme estabelecido na Lei Federal 13.460/2017, o Portal do Cidadão da Prefeitura de Rio Branco é uma iniciativa importante. É preciso fortalecer o portal, construindo cartas de serviço e promovendo divulgações e incentivando avaliações que reflitam com precisão a experiência dos moradores da capital do Acre. Os dados coletados devem servir como evidência para a tomada de decisões e garantir transparência em relação à opinião dos cidadãos sobre os serviços oferecidos.
- Fortalecer as ouvidorias. Reforçar o papel das ouvidorias na coleta e análise de feedback dos cidadãos é fundamental para identificar e resolver problemas relacionados ao atendimento público. Para além da criação e manutenção de canais de comunicação, como o fale conosco via sistema do Governo do Acre, destaca-se a importância de facilitar o acesso e comunicação com a prefeitura, além da formação de equipes dedicadas a lidar com queixas e sugestões de maneira proativa. Implementar processos para monitorar e responder às reclamações em tempo hábil pode melhorar a transparência e a satisfação dos cidadãos.
- Aprimorar a digitalização dos serviços. A partir da identificação dos problemas com base na avaliação dos serviços prestados, recomenda-se aprimorar os serviços digitais existentes e construir um processo gradual de digitalização de serviços e inclusão digital da população. O objetivo é elevar o nível de transformação digital que Rio Branco possui atualmente, garantindo eficiência e acessibilidade para todos os cidadãos.

Governo Digital

Em parceria com a Rede Gov.br, apresentamos a seguir recomendações para as três capitais da Região Sul:

Conduzir ações de simplificação processual e transformação digital.

Planejar e realizar detalhada revisão de processos administrativos internos (gestão governamental) e externos (serviços públicos), buscando a simplificação e transformação digital.

Como fazer?

- Faça parte da [Rede Nacional de Governo Digital — Rede GOV.BR](#).
- Siga os [10 passos para a transformação digital em estados e municípios do Gov.br](#).
- Alinhe-se à [Estratégia Nacional de Governo Digital](#) e siga suas prioridades e recomendações.

FICHA TÉCNICA

Coordenação técnica: Sérgio Andrade
Análise de dados: Isabela de Siqueira Barbosa
Data visualização: Tiago Rocha
Comunicação: Victor Resende
Imprensa: Vira Comunicação



IDEIA



PESQUISA
DE QUALIDADE
DO SERVIÇO
PÚBLICO



15
AGENDA
PÚBLICA
ANOS